

Luana Frigulha Guisso
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES 4

**Teoria e prática em educação,
ciência e tecnologia**

DIÁLOGO
EDITORIAL

Luana Frigulha Guisso e
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS

INTERDISCIPLINARES 4:

Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia

1ª edição

Vitória
Diálogo Comunicação e Marketing
2023

Diálogos interdisciplinares 4: Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia
© 2023, Luana Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira

Projeto gráfico e editoração
Diálogo Comunicação e Marketing

Capa e diagramação
Ilvan Filho

1ª edição

Conselho Editorial

Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes

Dra. Luana Frigulha Guisso

Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira

Dra. Sônia Maria da Costa Barreto

Dra. Tatiana Gianordoli

Dra. Juliana Martins Cassani

Apresentação

Este e-book, Diálogos Interdisciplinares 4 - Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia, é o compartilhar das pesquisas, realizadas por alunos, com o acompanhamento de seus professores-orientadores, no Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), com o objetivo de desvelar a construção do saber, consolidado no âmbito acadêmico.

Trata-se de uma coletânea de artigos, os quais, destacam-se como fontes de pesquisa e consulta, reiterando-se, portanto, essa obra, como de relevância, no perscrutar das práticas de sala de aula. As condutas de sala de aula denotam especificidades e singularidades, e evidenciam um processo de aprendizagem multidisciplinar, imprescindível, em tempos atuais.

A obra presta uma contribuição essencial como um legado da produção educacional realizada no Espírito Santo. A coletânea baseia-se em vivências e experiências de cada pesquisador, o que torna a narrativa ainda mais convidativa à leitura, em face ao fato de se traduzir em um conteúdo contextualizado e singular.

Estão em pauta aqui no foco Educacional estudos dos processos de aprendizagem significativa, de atendimento educacional especializado, de uma educação antirracista, da educação patrimonial na preservação da memória cultural, dos desafios da gestão escolar, de processos de inclusão escolar e acerca do papel do professor mediador em conflitos.

Bem como artigos no campo da saúde e do bem-estar, como sobre a atuação do fisioterapeuta na promoção da saúde de diabéticos e hipertensos, de um estudo acerca de um programa audiovisual na programação de atividades físicas direcionados à terceira idade, de atividades físicas motoras, do uso indiscriminado de analgésicos para o alívio da dor e um estudo sobre a violência sexual infantil.

Neste mosaico de estudos acadêmicos procuramos dar a ver um legado do passo a passo da produção realizada por discentes, com o suporte de seus orientadores, no Mestrado da UNIVC. Cada temática é o resultado de uma convivência de aprendizagem, persistência, colaboração e superação dos desafios. E é com muita satisfação que apresentamos mais uma edição dos Diálogos Interdisciplinares.

Ivana Esteves Passos de Oliveira e Luana Frigulha Guisso

Sumário

O USO INDISCRIMINADO DE ANALGÉSICOS PARA ALÍVIO DA DOR: SUAS CAUSAS E EFEITOS PARA SAÚDE	09
Alan Santiago Muri Gama e Giovanni Guimarães Landa	
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO 6º ANO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO DEVER DE CASA	21
Aleziani Scherrer Santos e Yolanda Aparecida de Castro Almeida Vieira	
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E VALORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS AFRODESCENDENTES PARA A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS: RECORTES DE UMA PESQUISA REALIZADA NO CMEI DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO ESPÍRITO SANTO	36
Ana Luiza de Souza Christófori e André Luís Lima Nogueira	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL EM PRESIDENTE KENNEDY-ES	48
Carla Corrêa Pacheco Gomes	
VIOLÊNCIA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DA SERRA/ES: A REALIDADE DE UMA ESCOLA	69
Cláudia Mariano Simões	
ATIVIDADE FÍSICA E AS HABILIDADES MOTORAS E COGNITIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: EMEIEF DE JAQUEIRA “BERY BARRETO DE ARAÚJO” – PRESIDENTE KENNEDY/ES	92
Evilásio Mussy Caetano Júnior e Sônia Maria Da Costa Barreto	
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO ACERCA DO PAPEL DA ESCOLA NA RUPTURA DA CADEIA DE VIOLÊNCIA	112
Gabriela Vieira de Oliveira Piovezan	

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA EMEIEF SANTO EDUARDO – PRESIDENTE KENNEDY/ES: 2020/2021	163
Katia Corrêa Pacheco e Sônia Maria da Costa Barreto	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	182
Kátia Cruz Ferreira Pinto e Yolanda Aparecida de Castro Almeida Vieira	
O ENSINO DE TABUADA ATRAVÉS DE JOGOS PARA OS ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTALII – ITAPEMIRIM/ES	198
Keila Arcanjo Freitas e Joccitiel Dias da Silva	
AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL PARA PROGRAMA DE ATIVIDADES FÍSICAS VOLTADAS À TERCEIRA IDADE	219
Kleyton Corrêa Borges e José Roberto Gonçalves de Abreu	
O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR: UMA ANÁLISE ACERCA DA PEDAGOGIA TRADICIONAL E DA MEDIAÇÃO	236
Marilda De Souza Pereira Bernardo	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	250
Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro e Edmar Reis Thiengo	
ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS PACIENTES DIABÉTICOS E HIPERTENSOS NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE SANTA LÚCIA, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES	273
Sara Neves Ribeiro e José Roberto Gonçalves de Abreu	
INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS ESPECIAIS E ACESSIBILIDADE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES	296
Valdeis Correa Baiense e Marcus Antônio da Costa Nunes	
OS AUTORES	318
AS ORGANIZADORAS	321

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E VALORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS AFRODESCENDENTES PARA A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS: RECORTES DE UMA PESQUISA REALIZADA NO CMEI DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO ESPÍRITO SANTO

Ana Luiza de Souza Christófori
André Luís Lima Nogueira

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a oferta da educação básica pública no Brasil passa por questões extremamente importantes e que são imprescindíveis para uma análise dos aspectos subjetivos referentes ao processo formativo dos sujeitos que ocupam os bancos das escolas públicas brasileira. A temática do racismo e da educação antirracista é um ponto essencialmente importante dessas questões a serem visitadas e debatidas. De acordo com Gomes (2012), dependendo do lugar que ocupamos dentro das estruturas sociais e produtivas do sistema capitalista, das posições ideológicas que assumimos e das implicações que problemas historicamente enraizados (como é o caso do racismo estrutural) podem vir a ter na formação, e consequentemente atuação, dos profissionais que estarão nessas salas de aula, a oferta de uma educação pública equitativa, democrática e emancipadora podem ser por estas, e outras razões, fortemente negligenciada.

A busca por uma educação antirracista possui como um de seus marcos mais fundamentais com a lei 10.639/03 que contempla a história e a trajetória e contribuição de africanos e afro-brasileiros no currículo escolar em todas as suas disciplinas. Inserindo, assim, no cotidiano escolar o conhecimento e valorização dos saberes e práticas culturais afrodescendentes, bem como fomento do respei-

to à diferença e à diversidade. Segundo Castro (2015), a educação antirracista assume para si o compromisso de romper com as estruturas de um sistema preconceituoso e engaja-se na promoção de uma educação que, buscando o respeito as diferenças, se coloca além do mero cumprimento das obrigações curriculares. Para tanto sublinha-se a exigência de uma postura ética e valorativa diante dos saberes e fazeres dos africanos e seus descendentes, e essa postura precisa fundamentalmente se materializar nas práticas docentes.

Dito isso, este artigo pretende apresentar um recorte de uma pesquisa realizada em um CMEI que atende a alunos de uma comunidade quilombola localizado no município de Presidente Kennedy no estado do Espírito Santo. A partir das considerações alcançadas na pesquisa, busca-se refletir sobre a importância de uma educação antirracista e suas implicações para formação dos sujeitos e para a valorização das práticas culturais afrodescendentes.

Repensar a questão da valorização das práticas culturais afrodescendentes como ferramenta de promoção de uma educação antirracista pressupõe o estabelecimento de novos paradigmas e práticas na educação. Paradigmas que auxiliem na compreensão do processo formativo e do trabalho docente como proposta voltada para a eliminação de qualquer tipo de discriminação por parte de educadores e/ou educandos, procurando construir um espaço onde se contemple a discussão sobre as culturas que por tanto tempo foram negadas e silenciadas no ambiente escolar (CASTRO, 2015).

Metodologicamente o trabalho se caracteriza como uma revisão de literatura, de caráter exploratório, acerca da educação antirracista e suas implicações para os processos formativos dos sujeitos e a valorização das práticas culturais afrodescendentes. Como forma de endossar as leituras e corroborar as discussões aqui apresentadas é apresentado um recorte de alguns dados que foram feitos em uma pesquisa mais ampla em um CMEI localizado em uma comunidade quilombola no município de Presidente Kennedy/ES. Na pesquisa em questão, foi investigada a importância e os significados da valorização do jongo, prática cultural afrodescendente presente naquela comunidade, para a Educação Infantil ofertada naquela localidade.

Acreditamos que, a partir do entendimento que a promoção de uma educação antirracista pode ser um caminho para se trabalhar questões sobre discriminação, violência, diversidade cultural, racismo, preconceito dentre outros, a educação tornar-se-á ferramenta indispensável para o combate às desigualdades educacionais e sociais.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE CONCEITOS, OBJETIVOS E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES

Segundo Candau (2008), atentar-se ao entendimento das concepções teóricas que fundamentam uma corrente de pensamento é de extrema importância para compreender seu sentido político-cultural. No caso da educação antirracista, uma corrente de pensamento que se aproxima dos princípios da mesma é o multiculturalismo. De acordo com o autor, uma visão multicultural crítica leva em conta no processo formativo dos sujeitos a necessidade de se reconhecer, valorizar e acolher identidades plurais sem representar quaisquer formas de preconceito e desrespeito à vida humana, independentemente de sexo, cor, gênero, credo, etnia ou nacionalidade. Nesse sentido, busca-se superar atitudes discriminatórias ou silenciadoras da diversidade cultural pautada na justiça social, propondo uma discussão no campo pedagógico (CANDAU, 2008).

Em se tratando da construção de uma educação emancipadora, equitativa e democrática, que busque engajar-se no rompimento de um sistema que alimenta e produz o racismo estrutural, o não reconhecimento e respeito a identidades culturais diferentes das vivenciadas é um grande desafio. Sendo assim, o currículo escolar e o educador são fundamentais, especialmente no que se refere às práticas curriculares que, a depender do que as influencia, podem segregar as crianças negras. Esse risco torna-se ainda mais flagrante quando os profissionais da educação não são preparados para tratar da diversidade em suas aulas de modo efetivo e eficaz (CANDAU, 2008).

É por isso que Paulo Freire (2002), defende que o fim maior da educação deve ser desenvolvido a partir do diálogo e da consciência, onde as pessoas possam buscar sua liberdade de expressão e opinião, indo contra a realidade capitalista da sociedade atual. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (2002), o autor aborda que toda aprendizagem é capaz de transformar, sendo de maneira formal ou informal. Uma ação plena de reflexão do discente e do docente, embasado em práticas e experiências de sua interação com o meio, tem condições de possibilitar que o aluno aprenda a ser, a viver, a conviver, a fazer e a conhecer-se, aprendendo a construir e compartilhar, e, portanto, transformar a si e o meio em que se vive.

Nesse contexto, em uma perspectiva que parece se aproximar do multiculturalismo em sua vertente crítica, Munanga (2000) propõe que a identidade negra deve ser pensada como identidade política, formada na pluralidade de processos de identidade cultural entre “negros, brancos ou amarelos”, “todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais”. Corroborando com tais ideias Siss (2014), traz reflexões sobre a necessidade da formação de educadores na perspectiva de uma educação culturalmente diversificada, voltada para uma sociedade caracterizada não apenas pela diversidade cultural e desigualdade social, mas sobretudo, por possuir uma herança escravista e colonial que a estrutura em suas relações, a exemplo da sociedade brasileira.

Dessa forma, as diretrizes curriculares, a formação de professores e o sistema de avaliação foram criados no Brasil com a intenção de renegar a manifestação da cultura negra, não reconhecendo e tampouco valorizando seus saberes e práticas culturais tradicionais e ancestrais. Um dos principais atos de racismo, que provém desses princípios baseados na ideia de regeneração do(a) negro(a), está no preconceito em relação à subjetividade do corpo, fato que ajuda a compreender um dos motivos de exclusão histórica das crianças negras nos bancos escolares. Ir de encontro a essa perspectiva formativa, valorizando as práticas culturais e tendo como princípio orientador das práticas docentes o caráter multicultural é, em conceito e práxis, promover uma educação antirracista (DIAS et al., 2021).

Formar educadores numa perspectiva multicultural e antirracista significa prepará-los de modo que exercitem a ação de educar para a coexistência respeitosa das diferentes subjetividades e valores coexistentes na sociedade. Isso não é tarefa fácil, pois implica uma mudança de atitudes e de valores. Mas importa dizer que, o reconhecimento do caráter multicultural da nossa sociedade não é o bastante, como também não basta que a escola reconheça que a sua clientela é diversificada, seja por gênero, por classe, por raça e que possuem culturas diferentes. É fundamental que esse reconhecimento seja acompanhado por políticas de respeito aos diferentes e por uma mudança de atitudes frente a eles. Sem isso, dificilmente essa escola será capaz de desempenhar seu papel, de forma democrática. (SISS, 2014, p. 113).

Por fim, a educação em uma perspectiva multicultural tem condições de torna-se um possível mecanismo de reconstrução de uma educação antirracista. O Brasil, um país que nasceu do encontro de culturas e civilizações, não pode se ausentar desse debate. Como Dias et al., (2021) pontuam, o racismo que impera na sociedade é capaz de intervir nas práticas pedagógicas de instituições educacionais, implicando que crianças negras sigam desamparadas nesses espaços, sem a presença de política efetiva para dar conta dessa questão.

A IMPORTÂNCIA E OS SIGNIFICADOS DA VALORIZAÇÃO DE PRÁTICAS AFRODESCENDENTES PARA EDUCAÇÃO E O PROCESSO FORMATIVO DOS SUJEITOS

A Lei nº 10.639/2003, sancionada em janeiro de 2003, alterou a Lei nº 9.394/96 com vistas a incluir na rede de educação básica do país a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira”, conteúdos que devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e Histórias Brasileiras. Todo o movimento do negro brasileiro em busca da implementação da Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) se deu com o intuito de trazendo uma mudança no cenário curricular, cultural e político e romper com o silenciamento que favorecia a discriminação racial.

Além da Lei nº 10.639/2003, fica estabelecida pelos dispositivos educação escolar quilombola que é orientada pelo Parecer CNE/CEB 16/12 e, posteriormente, pela Resolução nº 8/12, que instituiu as as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ). O Parecer CNE/CEB nº 16/12 constitui um documento que apresenta vários aspectos relativos à educação escolar quilombola, entre os quais inserem-se os objetivos das diretrizes; os princípios da educação escolar quilombola; a definição de educação escolar quilombola; a organização; as etapas e modalidades de ensino; o transporte escolar; o projeto político pedagógico; o currículo da educação básica na educação escolar quilombola, entre outros (BRASIL, 2013).

A Resolução nº8/2012 estabelece que a organização do ensino ministrado nas instituições de educação escolar quilombola na educação básica será fundamentada, informada e alimentada pela memória coletiva; pelas línguas remanescentes; pelos marcos civilizatórios; pelas práticas culturais; pelas tecnologias e formas de produção do trabalho; pelos acervos e repertórios orais; pelos festejos, usos, tradições e outros elementos que compõem o patrimônio cultural das comunidades quilombolas, assim como pela territorialidade (BRASIL, 2013).

Desse modo, a educação escolar quilombola destinada ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas, ofertada em estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos, bem como em estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem estudantes oriundos dos territórios quilombolas, possuem um papel fundamental e indispensável no combate ao preconceito, ao racismo e na valorização da trajetória histórica, cultura e tradições afrodescendentes no Brasil (BRASIL, 2013).

De acordo com a Resolução nº 08/12, a educação escolar quilombola é destinada ao atendimento das populações quilombolas e deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização, identidade e continuidade enquanto indivíduo negro e pertencente a comunidade. Para além, a educação quilombola também deve ser implementada como política pública

educacional, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder as suas especificidades.

Nesse contexto, DCNEEQ têm como objetivo o debate acerca de ações que explorem as especificidades de cada comunidade quilombola e as características de sua cultura, preservando assim seu modo de vida (BRASIL, 2012). As comidas, músicas, danças, vestimenta, formam a sua identidade e história a qual o processo de educação e reeducação das escolas ainda encaram como um grande desafio para inclusão curricular, tornando-se cada vez mais urgente uma mudança nas práticas (GOMES, 2012).

Existem ainda um conjunto de saberes e fazeres dentro das comunidades quilombolas no Brasil acumulados, cheios de visões de mundo, cores, ritmos, cuidados, curas, sabores, costumes, danças, dentre outros que permanecem desconhecidos por grande parte da sociedade, principalmente por órgãos governamentais formuladores e executores das políticas públicas educacionais. Os membros pertencentes a essas comunidades têm muito a contribuir com a construção de novas visões e formas de pensar na educação brasileira, objetivando o fim de paradigmas que engessam o ensino e acabam por influenciar de forma ativa toda a sociedade (SILVA, 2012).

Gomes (2012) aborda que o silenciamento pode favorecer práticas discriminatórias nos ambientes educacionais. Uma escola localizada em um espaço quilombola com conteúdos em sala essencialmente brancos, eurocêtricos, colonizadores, irão perpetuar práticas que os afrodescendentes tanto lutaram para ser findadas. É preciso desenvolver práticas que trabalhem a interculturalidade dos territórios, em que os conhecimentos e saberes tradicionais dos povos quilombolas sejam transmitidos aos alunos de outras comunidades, favorecendo a construção do sujeito de direito e pertencimento aos alunos pertencentes a comunidade quilombola.

Diante disso, para o caso aqui estudado, sublinhamos as possibilidades da valorização e dos usos em nossas práticas pedagógicas do jongo, pensado

aqui como uma manifestação cultural soberana na comunidade quilombola localizada em Presidente Kennedy, no estado do Espírito Santo. Junto a isso, também surge as contribuições e reflexões acerca da valorização e inserção dessa prática cultural na educação infantil ofertada no CMEI “Bem-me-quer” como ferramenta de promoção de uma educação antirracista.

NOTAS DE UMA PESQUISA REALIZADA EM UM CMEI LOCALIZADO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO ESPÍRITO SANTO

O estudo realizado no CMEI “Bem-me-quer” (CHRISTÓFORI, 2021) do qual os dados parcialmente discutidos nessa seção fazem parte, trata-se de uma investigação mais ampla, que contemplou dentre outras várias discussões, a importância da valorização de práticas culturais afrodescendentes e a educação antirracista, ambas como ferramentas de combate ao racismo, discriminação e preconceito, bem como em contrapartida sendo uma importante forma de promover uma educação equitativa e democrática. A pesquisa, que obteve seus dados coletados a partir de entrevistas, contou com três moradores da comunidade quilombola e seis professores, o que totalizou nove entrevistados, cujos dados foram analisados e discutidos.

No trabalho em questão, objetivou-se identificar as práticas pedagógicas (ou suas ausências) que dão conta da inserção de práticas culturais afrodescendentes nas atividades do CMEI. A realidade descoberta foi a de que as práticas culturais se dão de modo compartimentado, não raro, somente em datas específicas. Ou seja, ainda se dá de modo muito tímido a realização de tais práticas num contexto de educação quilombola. Práticas essas que, conforme as falas dos docentes participantes da pesquisa se dão de diferentes maneiras: palestras, atividades lúdicas, livros de literatura, musicalização, etc.

Importa destacar que durante o processo de investigação foi possível identificar que os docentes entrevistados apresentavam um conhecimento frag-

mentado e, por vezes, até superficial acerca das questões raciais e do contexto histórico da diáspora africana no Brasil e as implicações disso na realidade atual dos afro-brasileiros. Nesse dado se constata a nítida falta de ações e/ou práticas pedagógicas que buscassem inserir e refletir sobre o tema durante todo o ano letivo de modo efetivo. O que fica evidente, e se apresenta como um ponto preocupante, é o modo como os docentes veem o trabalho com questões relacionadas a cultura, história e tradições dos povos africanos, priorizando-os apenas em dias específicos, como é caso do dia da Consciência Negra. A falta de inserção e/ou conhecimento de práticas culturais afrodescendentes que fazem tradicionalmente parte da comunidade quilombola de Presidente Kennedy, e se confundem inclusive com a própria história do seu surgimento, tornam a efetividade da proposta da educação quilombola e da educação antirracista como ferramenta de formação um enorme desafio.

Nesse sentido, a coleta e análise do material empírico, com base na fala tanto de membros da comunidade como dos docentes, remeteu a uma realidade preocupante no que tange à educação quilombola. Percebeu-se que a adesão maior dos professores, quando se trata do tema “valorização das práticas culturais afrodescendentes”, são mais adeptos da “pedagogia do evento”¹, restringindo suas ações pedagógicas e abordagens de conteúdo e discussões que deveriam estar presentes diariamente em sala de aula a datas comemorativas específicas.

Como forma de contribuir com o contexto encontrado ao fim do processo de investigação, foi proposto um produto final cujo objetivo é auxiliar no maior entendimento da prática cultural daquela comunidade, que no caso da pesquisa em questão é o jongo (CHRISTÓFORI, 2021, p. 75-86). Acreditamos que está se configura como uma iniciativa que, uma vez encampada, pode contribuir para minimizar as lacunas observadas e dar mais elementos aos docentes no trabalho com a temática geral da valorização do legado cultural afrodescendente e consequentemente com a promoção de uma educação antirracista.

1 Para uma discussão acerca da “pedagogia do evento”, conferir entre outros, Oliveira e Nascimento (2021)

As considerações que faz em termos gerais a partir desses dados são: não é suficiente para que se promova uma educação antirracista que se assegure apenas na letra da lei temáticas tão fundamentais na transformação da sociedade, como é o caso da “História e Cultura Afro-Brasileira” e a Educação Quilombola. É preciso um trabalho sistemático de formação docente que contemple esses debates e descolonize as concepções sobre a cultura, as tradições e os corpos negros até então trabalhados em sala de aula. Essa necessidade formativa se torna ainda mais urgente se esses sujeitos lecionarem em comunidades quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos articular as discussões que contemplam a educação antirracista e a valorização das práticas culturais afrodescendentes como ferramentas de transformação efetivas no processo formativo dos sujeitos e no desenvolvimento do trabalho docente voltado a promoção de uma educação equitativa, democrática e emancipadora. Para tal, lançamos mão de um referencial teórico que contribuísse para compreensão e reflexão dos temas que tangenciam essa temática, bem como, também lançamos mão dos dados obtidos a partir de uma pesquisa mais ampla que investigou as implicações de práticas culturais afrodescendentes em um CMEI localizado em uma comunidade quilombola em Presidente Kennedy/ES.

Este trabalho teve objetivo chamar a atenção para o tema do racismo, uma vez que o mesmo necessita ser combalido também no campo da educação. As considerações finais que se fazem são de que para a promoção de uma educação antirracista que rompa com as estruturais sociais e produtivas racistas existentes, é necessário que se vá além da garantia da inclusão desses temas por lei, é preciso que se invista fortemente na ideia de um processo de formação dos profissionais da educação que contemple esse debate e reflita sobre a temática e as suas implicações, desafios e consequências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 18 jun. 2004. Seção 1.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 8, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 20 nov. 2012. Seção 1.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, 10 jan. 2003.

CASTRO, Eudócia de Fátima de. **A contribuição da LEI 10.639/03 na formação continuada dos educadores para uma educação anti-racista.** Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2015.

CANDAU, Vera Maria e MOREIRA, Antônio Flávio (Orgs.). **Multiculturalismo e educação: desafio para prática pedagógica.** In: Multiculturalismo diferenças e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHRISTÓFORI, Ana Luisa de Souza. **Práticas Culturais Afrodescendentes na Educação Infantil: um estudo no CMEI “Bem-me-quer”.** Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário da Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação. São Mateus, 2021

DIAS, L. R.; JANUÁRIO, E.; PEREIRA, N. S.; OLIVEIRA, W. T. F.; TRIPODI, Z. F. (2021). Estudo nº VII: **Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância**. Núcleo Ciência Pela Infância. <http://www.ncpi.org.br>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro. 34ª Edição, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98–109, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Administrações coloniais francesa, portuguesa e belga e a política de assimilação e as suas conseqüências no processo de conscientização anticolonial**. Lisboa: CEHCA, 2000, p. 367-375.

OLIVEIRA, Rosenildo Silva de e NASCIMENTO, Leticia Abílio do. “Pedagogia do evento”: o dia da consciência negra no contexto escolar. Campos v. 22, N.1, p. 135-158, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/74239/pdf>

SISS, Ahyas e FERNANDES, Otair. **Formação de professores na perspectiva de uma educação culturalmente diversificada: breves considerações**. Série Estudos. Campo Grande, MS, n. 37, p. 107-119, jan./jun. 2014.